



## **NOTA DE IMPRENSA**

**Saragoça, 20 de Maio de 2010**

A Fundação Nova Cultura da Água critica as deficiências da participação no processo de planeamento hidrológico e os atrasos que estão a ocorrer no mesmo, e apoia as manifestações das organizações que se manifestam em Espanha nos dias 28, 29 e 30 de Maio em defesa dos rios ibéricos.

No próximo fim-de-semana coincidem em vários pontos de Espanha três manifestações e actos de cidadania convocados por diferentes organizações: Plataforma Xúquer Viu (Sueca, Valência, sábado 29 de Maio, “Pelo Xúquer, pelo nosso futuro”), Rede de Cidadania por uma Nova Cultura da Água no Tajo/Tejo (Madrid, 28-29 Maio, “Por um Tejo Vivo”) e Plataforma em Defesa do Ebro (Barcelona, domingo 30 de Maio, “O Ebro sem caudais é a morte do Estuário”), todas com um objectivo comum: a mobilização de cidadãos em defesa dos rios.

Na opinião da Fundação Nova Cultura da Água, estes protestos servirão para demonstrar às autoridades e à opinião pública em geral, o grave estado de deterioração em que se encontra uma boa parte dos rios, aquíferos e águas costeiras em Espanha; mas, sobretudo, contribuem para exigir o cumprimento da Directiva Quadro da Água (DQA) incorporando o público e todas as partes interessadas na tomada de decisões.

A Fundação Nova Cultura da Água quer assinalar as graves deficiências que estão a ocorrer no processo de planeamento hidrológico participado definido pela DQA, em cujo desenvolvimento ainda falta muito caminho para percorrer para alcançar a exigida participação activa e real. Em concreto queremos destacar aquelas que respeitam à sensibilização do público em geral respeitando os valores e princípios básicos da DQA, assim como as que afectam os mecanismos colocados em marcha pelas instituições para a articulação efectiva na tomada de decisões dos distintos valores, interesses e princípios que existem na sociedade em relação á gestão da água.

A DQA implica uma mudança substancial nos objectivos da política da água, nos instrumentos para a levar a cabo e, além disso, incorpora activamente novos agentes no processo de tomada de decisões sobre o planeamento e a gestão da água, o que por sua vez gera tensões com o modelo existente. No actual contexto de transição para uma política de águas sustentável formam realizados progressos importantes, mas é necessário trabalhar com maior rigor e intensidade, para superar as resistências geradas pelos beneficiários do velho modelo de política hidráulica já obsoleto.

Recordemos que a DQA estabelece como objectivo fundamental a prevenção, a protecção e a restauração da qualidade ambiental de todas as águas (rios, aquíferos, zonas húmidas, lagos e águas costeiras), com a finalidade de garantir os usos sustentáveis da água a médio e longo prazo.

A FNCA destaca o compromisso das organizações convocantes, que assumem e defendem princípios de gestão da água aplicáveis em todas as bacias, e lança um apelo aos responsáveis políticos das diversas administrações para que adoptem os princípios da DQA e desistam da utilização da política hídrica como um instrumento para a obtenção de ganhos eleitorais a curto prazo, a custo de conflitos entre comunidades e da deterioração dos ecossistemas hídricos.